AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA ORGANIZACIONAL AO MODELO AGROINDUSTRIAL: SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E RECONFIGURAÇÃO SOCIOPRODUTIVA

FÁBIO MELGES[1];
TANIA CRISTINA COSTA CALARGE; [2]
ÉLCIO GUSTAVO BENINI;[3]
FERNAN MARTINS FERNANDES FERREIRA;[4]
GUSTAVO HENRIQUE PETEAN.[5]

[1]UEL – Universidade Estadual de Londrina – fabiobmelges@gmail.com
[2]UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados – tcalarge@gmail.com
[3]UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – elciobenini@yahoo.com
[4]UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – 7ernan@gmail.com
[5]UFG – Universidade Federal de Goiás – gustah@gmail.com

Contextualização

A intensificação da crise ambiental nas últimas décadas consolidou a necessidade de repensar os modelos de produção e desenvolvimento predominantes na modernidade capitalista. A degradação dos ecossistemas, o avanço das mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a insegurança alimentar e o aprofundamento das desigualdades sociais evidenciam que a racionalidade econômica orientada exclusivamente pelo crescimento econômico e pela maximização da produtividade apresenta limites estruturais significativos. Nesse sentido, de acordo com Munck e Souza (2009), tanto os momentos de expansão quanto os de retração econômica produzem impactos ambientais relevantes: no primeiro caso, pela intensificação da exploração e da exaustão dos recursos naturais; no segundo, pela tendência de relegar as pautas ambientais em nome da redução de custos e da manutenção da competitividade.

A preocupação ecológica como problema histórico ganha centralidade sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Barbieri (2007) observa que a questão ambiental se consolida como tema estruturante da modernidade, especialmente nas últimas décadas do século passado. Em 1962, Rachel Carson inaugura o debate ambiental contemporâneo com a publicação de *Primavera Silenciosa*, ao denunciar os efeitos nocivos dos pesticidas sobre os ecossistemas. Em 1968, o Clube de Roma inicia uma série de discussões sobre os limites do crescimento econômico, culminando na publicação de *The Limits to Growth*, em 1972. Segundo Jackson (2009), essa reflexão recoloca, sob novas bases, a problemática malthusiana da limitação material da expansão produtiva e da incompatibilidade entre crescimento econômico ilimitado e finitude ecológica.

Em 1987, com a publicação do Relatório Brundtland pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável ganha centralidade na agenda internacional, sendo definido como a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Ainda que amplamente difundido, esse conceito exige problematização. Conforme argumenta Sachs (2009), a sustentabilidade não pode ser reduzida a uma dimensão meramente ecológica ou técnica, devendo envolver uma articulação entre justiça social, prudência ambiental e viabilidade econômica. A perspectiva do ecodesenvolvimento exige a superação de uma racionalidade fundada na exploração intensiva dos recursos naturais e na concentração dos benefícios produtivos.

Na mesma direção, Leff (2001) sustenta que a crise ambiental é, antes de tudo, uma crise da racionalidade moderna, marcada pela subordinação da natureza à lógica instrumental do capital. A questão ecológica não se resume à gestão técnica dos recursos naturais, mas envolve disputas sobre formas de apropriação da natureza, institucionalização de mercados, distribuição de poder e legitimidade dos modelos de desenvolvimento. Assim, discutir sustentabilidade implica discutir também formas de organização produtiva, estruturas institucionais e projetos de sociedade.

A agricultura ocupa posição central nesse debate. De acordo com informe da *Food and Agriculture Organization* (FAO, 2011a; 2011b), trata-se da atividade antropogênica que mais impacta os ecossistemas globais, sendo diretamente associada ao desmatamento, à emissão de gases de efeito estufa, à contaminação do solo e da água, à perda de biodiversidade e à erosão dos sistemas naturais de suporte à vida. O relatório da *Millennium Ecosystem Assessment* (MEA, 2005) demonstra que mais de 60% dos ecossistemas do planeta estão sendo degradados ou utilizados de forma insustentável, comprometendo diretamente a segurança alimentar, a reprodução social e o bem-estar das populações mais vulneráveis.

O modelo agrícola vigente dominante estrutura-se sobre monoculturas extensivas, mecanização intensiva, uso massivo de fertilizantes químicos, sementes padronizadas e agrotóxicos. Embora esse sistema tenha ampliado a produtividade em larga escala, também aprofundou processos de concentração fundiária, dependência econômica, vulnerabilidade social e degradação ambiental (FAO, 2011a; 2011b). Para Jodas e Portanova (2014) e Nodari e Guerra (2015), a monocultura e o uso intensivo de agrotóxicos representam não apenas técnicas produtivas, mas expressões de uma racionalidade econômica que dissocia agricultura, território e meio ambiente.

Com efeito, a agricultura industrial promove profundas desconexões entre agricultores e consumidores, entre produção e meio ambiente, e entre atividade econômica e reprodução comunitária. Há uma ruptura entre a agricultura e as identidades locais, entre o trabalho produtivo e os laços sociais, além da perda de práticas culturais e conhecimentos tradicionais. Trata-se, portanto, de uma forma específica de organização socioprodutiva que privilegia a eficiência econômica de curto prazo em detrimento da sustentabilidade territorial e da autonomia dos sujeitos envolvidos (FAO, 2011a, 2011b; Jodas; Portanova, 2014; Nodari; Guerra, 2015).

Nesse cenário, como demonstra o relatório Encruzilhada Climática (Oxfam Brasil, 2025), o modelo agroindustrial hegemônico no Brasil associa-se a uma estrutura fundiária profundamente concentrada – apenas 1% dos proprietários possuem a quase metade das terras rurais – e a um sistema alimentar que, apesar de exportar comida para 1,5 bilhão de pessoas, deixa 8,7 milhões de brasileiros em situação de fome, com maior incidência entre domicílios chefiados por mulheres negras. Ao mesmo tempo, o agronegócio responde por cerca de 74% das emissões nacionais de gases de efeito estufa, agravando a crise climática que atinge desproporcionalmente comunidades tradicionais, quilombolas e periferias urbanas.

Nesse contexto, a superação desse modelo exige não apenas inovação técnica, mas uma reconfiguração organizacional territorialmente enraizada, que combine soberania alimentar,

justiça fundiária e sustentabilidade sistêmica — agenda na qual a agroecologia se apresenta como alternativa concreta.

Mais do que um conjunto de técnicas agrícolas sustentáveis, a agroecologia constitui uma abordagem científica, prática e política voltada à construção de agroecossistemas sustentáveis, articulando produtividade, estabilidade ecológica, equidade social e valorização do conhecimento local (Wezel et al., 2009; Altieri, 2012). Trata-se de uma perspectiva holística que considera o sistema agrícola como parte de um ecossistema mais amplo, no qual relações ambientais, sociais e econômicas são indissociáveis.

De Schutter (2010) argumenta que a agroecologia apresenta resultados concretos na aceleração da realização de direitos humanos, especialmente entre grupos vulneráveis, contribuindo para a segurança alimentar, geração de renda local, autonomia produtiva e redução da dependência de insumos externos. Sua relevância, portanto, ultrapassa a eficiência técnica e alcança a possibilidade de reconfiguração das bases organizacionais da produção e da reprodução social. Evidências empíricas demonstram ainda que processos de transição agroecológica tendem a fortalecer capacidades locais de adaptação ambiental, cooperação comunitária e autonomia produtiva dos agricultores (Markiewicz-Keszycka et al., 2025).

Dessa forma, a agroecologia não deve ser compreendida apenas como técnica alternativa ao agronegócio, mas como possibilidade concreta de reorganização institucional, territorial e econômica. É precisamente essa dimensão organizacional que torna o debate especialmente relevante para o campo dos Estudos Organizacionais.

Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo discutir a agroecologia como alternativa organizacional ao modelo agroindustrial convencional, analisando sua relação com a sustentabilidade, o desenvolvimento rural e a reconfiguração das relações socioprodutivas no meio rural.

De forma específica, busca-se: (i) problematizar os limites ambientais, sociais e organizacionais do agronegócio como modelo hegemônico de produção agrícola; (ii) compreender a agroecologia como forma de reorganização produtiva e institucional para além de sua dimensão técnica; e (iii) analisar sua contribuição para o fortalecimento do desenvolvimento territorial, da autonomia produtiva e da construção de mercados socialmente enraizados.

Agroecologia como alternativa organizacional

Sob a perspectiva dos Estudos Organizacionais, a agroecologia pode ser compreendida como alternativa ao modelo dominante de governança produtiva. Enquanto o agronegócio opera por meio da centralização, da padronização, da financeirização e da lógica da escala, a agroecologia tende a valorizar redes locais, cooperação, pluralidade produtiva e formas mais democráticas de coordenação econômica. Essa mudança implica deslocar o foco da produtividade isolada para a sustentabilidade sistêmica, incorporando dimensões como reciprocidade, participação comunitária e reprodução ampliada da vida social.

O agronegócio moderno estrutura-se em torno de cadeias longas de produção e distribuição, elevada dependência tecnológica e forte subordinação dos produtores às grandes corporações de insumos, logística e comercialização. Essa forma de governança concentra poder decisório, reduz a autonomia dos produtores e fragiliza a relação entre produção e território. A lógica predominante é a da eficiência econômica imediata, frequentemente dissociada dos impactos sociais e ambientais de longo prazo.

A agroecologia, por seu turno, propõe outra racionalidade produtiva. Em vez da homogeneização, privilegia a diversidade; em vez da dependência externa, fortalece a autonomia local; em vez da centralização decisória, estimula processos cooperativos e territorializados. Essa mudança não é apenas técnica, mas profundamente organizacional, pois altera a forma como trabalho, conhecimento, valor e poder são distribuídos no interior dos sistemas produtivos. Em outras palavras, a agroecologia desloca o eixo da eficiência produtiva isolada para a sustentabilidade das relações sociais e ecológicas que sustentam o processo produtivo.

Em consonância com essa perspectiva, diferentes pesquisas empíricas têm demonstrado que a reorganização socioprodutiva proposta pela agroecologia produz efeitos concretos não apenas sobre os ecossistemas, mas também sobre a sustentabilidade econômica e territorial dos sistemas alimentares. O trabalho de Van Rooyen et al. (2025), por exemplo, associa a agroecologia à construção de sistemas alimentares circulares, capazes de reduzir impactos ambientais e ampliar a resiliência ecológica dos territórios produtivos. De modo semelhante, a meta-análise desenvolvida por Raveloaritiana e Wanger (2026) demonstra que práticas de diversificação agrícola produzem ganhos simultâneos de rentabilidade econômica, biodiversidade e serviços ecossistêmicos no longo prazo, reforçando a viabilidade material de sistemas produtivos menos dependentes da lógica da monocultura.

Esses elementos indicam que a discussão sobre agroecologia ultrapassa o plano estritamente técnico-produtivo, exigindo também uma reflexão sobre as formas de organização econômica, institucional e territorial que sustentam tais experiências. Nesse processo, o debate sobre desenvolvimento rural torna-se central. Este não pode ser reduzido ao aumento da produção agrícola, mas deve envolver a construção de mercados socialmente enraizados, fortalecimento institucional dos territórios e valorização das múltiplas funções da agricultura. A agricultura familiar, os circuitos curtos de comercialização, as cooperativas e as compras públicas institucionais tornam-se estratégicos para essa reorganização (Grisa; Schneider, 2015; Schneider, 2010).

A noção de mercados socialmente enraizados permite compreender que os processos econômicos não se realizam de forma abstrata ou puramente mercantil, mas estão inseridos em relações sociais, culturais e institucionais. A produção agrícola, nesse sentido, não deve ser analisada apenas por indicadores de produtividade ou competitividade, mas também por sua capacidade de sustentar vínculos comunitários, gerar segurança alimentar, preservar ecossistemas e fortalecer a autonomia dos sujeitos envolvidos.

Conforme Grisa e Schneider (2015), políticas públicas como o Programa Bolsa Verde, o fortalecimento da agricultura familiar e os programas de compras institucionais demonstram que a sustentabilidade pode ser pensada como mecanismo de reorganização econômica e social. Tais experiências revelam que a ação estatal possui papel decisivo na construção de arranjos produtivos sustentáveis, especialmente quando orientada pela valorização dos territórios e pela democratização do acesso aos mercados.

A agroecologia contribui para a reconfiguração dos mercados ao reduzir a dependência das cadeias longas e altamente financeirizadas do agronegócio. Feiras locais, cooperativas, sistemas participativos de certificação, mercados solidários e compras públicas institucionais constituem exemplos concretos de mecanismos organizacionais que fortalecem a autonomia dos produtores e aproximam consumidores das dinâmicas territoriais da produção. Não se trata apenas de substituir insumos químicos por práticas ecológicas, mas de reorganizar institucionalmente a produção, a circulação e a apropriação do valor. Estudos como o de Lianu et al (2025), por exemplo, têm demonstrado que os processos de transição agroecológica

envolvem não apenas mudanças produtivas, mas também transformações nos ecossistemas institucionais, nas políticas públicas e nos mecanismos de coordenação econômica dos sistemas agroalimentares.

Essa reconfiguração possui forte dimensão política. Como argumenta Leff (2001), a racionalidade ambiental exige novas formas de apropriação social da natureza e de redistribuição do poder decisório sobre os recursos produtivos. A agroecologia, portanto, não deve ser tratada como nicho alternativo de mercado, mas como possibilidade concreta de transformação das estruturas que sustentam a insustentabilidade do modelo vigente.

Mais do que uma alternativa produtiva localizada, a agroecologia coloca em questão a própria racionalidade que organiza a reprodução econômica contemporânea, tensionando formas de produção orientadas predominantemente pela acumulação e pela mercantilização intensiva da natureza. Nesse sentido, sua relevância ultrapassa a esfera técnica da produção agrícola e alcança dimensões mais amplas da reprodução social e da organização da vida coletiva.

Isso envolve políticas públicas consistentes, financiamento adequado, assistência técnica, reforma agrária, apoio à agricultura familiar e fortalecimento de formas cooperativas de organização. Envolve também a disputa simbólica em torno da legitimidade dos modelos de desenvolvimento socialmente desejáveis. A hegemonia política e econômica do agronegócio no Brasil demonstra que a disputa não é apenas tecnológica, mas institucional e ideológica.

Ao recolocar o trabalho, a cooperação e a preservação ambiental no centro da atividade econômica, a agroecologia desafia a racionalidade dominante e oferece uma base concreta para pensar outras formas de desenvolvimento. Sua potência reside precisamente na capacidade de articular sustentabilidade ambiental, desenvolvimento territorial e reorganização das relações socioprodutivas.

Diante desse quadro, torna-se fundamental afirmar o caráter econômico-político-ideológico da produção agroecológica. Conforme analisa Silva (2021), movimentos como o MST, ao se mobilizarem na construção da produção agroecológica transcendem a simples produção de mercadorias para gerar o que o autor denomina produtos políticos. Esses produtos políticos são a objetivação da práxis agroecológica e conferem sustentabilidade histórica à alternativa organizacional, apresentando assim elementos constitutivos fundamentais para se pensar/construir caminhos rumo à autogestão social. Entre os principais, destacam-se a soberania alimentar, que devolve ao sujeito a autonomia sobre o ciclo da vida; a tecnologia social, que rompe com a dependência dos pacotes tecnológicos industriais; e a organização coletiva, que permite a transição do nível econômico-corporativo para uma consciência ética e política ampla.

Assim, considera-se que a agroecologia deixa de ser apenas um 'nicho' para se tornar a base material de uma nova racionalidade, onde a eficiência é medida pela reprodução da vida e não apenas pela acumulação de capital, constituindo-se enquanto elemento importante para a reorganização social do metabolismo entre sociedade e natureza.

Considerações Finais

Os limites do modelo agroindustrial convencional não são apenas ambientais, mas também sociais, organizacionais e institucionais. A permanência de um sistema baseado na monocultura extensiva, na dependência química, na concentração produtiva e na financeirização das cadeias agrícolas reforça desigualdades, fragiliza territórios e compromete a sustentabilidade de longo prazo. A crise ecológica, portanto, não pode ser compreendida

isoladamente da crise das formas de organização econômica e da racionalidade que sustenta o desenvolvimento contemporâneo.

A agroecologia apresenta-se como uma possibilidade concreta de reorganização produtiva orientada pela integração entre natureza, economia e justiça social. Sua contribuição ultrapassa a substituição de insumos químicos por práticas ecológicas, alcançando a reconstrução de vínculos entre produção, comunidade, território e reprodução social. Trata-se de uma alternativa que recoloca o trabalho, a cooperação e a preservação ambiental no centro da atividade econômica.

Ao valorizar redes locais, agricultura familiar, cooperação e formas mais democráticas de coordenação produtiva, a agroecologia oferece uma contribuição relevante aos Estudos Organizacionais, especialmente ao demonstrar que outras formas de produzir, coordenar e desenvolver são possíveis. Seu avanço, contudo, depende da construção de políticas públicas consistentes, do fortalecimento institucional dos territórios e da disputa política em torno dos modelos de desenvolvimento socialmente legitimados.

Mais do que uma técnica agrícola alternativa, a agroecologia constitui uma proposta de reconfiguração socioprodutiva capaz de enfrentar simultaneamente a crise ambiental, a desigualdade social e a fragilidade dos sistemas alimentares contemporâneos. Nesse sentido, sua relevância reside precisamente na capacidade de transformar não apenas o modo de produzir, mas também o modo de organizar a vida econômica e social.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DE SCHUTTER, O. **Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development**. Report presented at the 16th Session of the United Nations Human Rights Council. Geneva: United Nations Human Rights Council, 2010.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Save and grow: a policymaker's guide to the sustainable intensification of smallholder crop production**. Rome: FAO, 2011a.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Payments for ecosystems services and food security**, 2011b.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

JACKSON, T. **Prosperity without growth:** economics for a finite planet. UK: Earthscan, 2009.

JODAS, N.; PORTANOVA, R.S. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Agroecologia: uma abordagem crítica à agricultura moderna. **Revista do Direito Público**, Londrina, v.9, n.3, p.129-152, set./dez., 2014.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIANU, C.; RADULESCU, I. G.; LIANU, C. et al. Agroecological Transition and Digital Ecosystems: Policies, Markets, and Perspectives for Agri-Food SMEs in Romania. **Authorea**. September 25, 2025.

MARKIEWICZ-KESZYCKA, M.; MACKEN-WALSH, Á.; CARTER, A.; MOONEY, S.; DEVEREUX, E. J.; HENCHION, M.; HYNDS, P. Farmers' Experiences of Transitioning Towards Agroecology: Narratives of Change in Western Europe. **Agriculture**, 2025. 15(6), 625. https://doi.org/10.3390/agriculture15060625

MEA. Millennium Ecosystem Assessment. **Ecosystems and human well-being**: synthesis. Washington, D.C.: Island Press, 2005.

MUNCK, L.; SOUZA, R. B. A relevância do ser humano no contexto da institucionalização e legitimação do paradigma da sustentabilidade. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 16, n.3, p. 1-14, jul./set./ 2009.

NODARI, R. O.; GUERRA, M.P. A Agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**, 29 (83), 2015.

OXFAM BRASIL. **Encruzilhada climática: um retrato das desigualdades brasileiras.** São Paulo: Oxfam Brasil, 2025.

RAVELOARITIANA, E.; WANGER, T. C. Long-term agricultural diversification increases financial profitability, biodiversity, and ecosystem services: a second-order meta-analysis. **Nature Communications**, 2026.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, v. 4, n. 1, p. 85–131, 2010.

SILVA, S. F. C. M. Agroecologia, territorialidade e os produtos políticos da práxis camponesa. 145 f. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021.

VAN ROOYEN, A.; BJORNLUND, H.; MOYO, M.; PITTOCK, J.; PARRY, K.; MUJEYI, A. Agroecology and circular food systems: decoupling natural resource use from rural development in sub-Saharan Africa? **International Journal of Water Resources Development**, 41(2), 489–511, 2025. https://doi.org/10.1080/07900627.2024.2449224

WCED – WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. 1987.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v.29, 4, pp 503–515, 2009.